



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2023

Processo Licitatório nº: 15694/2020

Processo de Recurso n º: 12.344/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2023

OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender às necessidades do Melhor Em Casa.

RECORRENTE: R.P. AZEVEDO SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **R.P. AZEVEDO SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no **Edital Pregão Eletrônico n.º 064/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das



Comissão de Pregão II

exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 064/2023, processo apenso de Recurso nº 12.344/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 18 de abril de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e o respectivo membro da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 17.278/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 229/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de **EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, para atender às necessidades do Melhor Em Casa. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

No dia 28/04/2023 às 10:07:21hs foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no Edital do PE nº 064/2023;

Foi registrada uma intenção de recurso, para o ITEM 02, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;



Comissão de Pregão II

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

- a) "destacamos que a aceitação da proposta apresentada traz a este órgão público a incerteza de estar realizando a adequada aplicação de recurso público, haja visto que de acordo com a proposta apresentada, a mesma não atende no todo o que é solicitado. Dentre os documentos enviados, destacamos que o catálogo do produto CONCORDIA I5-10400 mostra que o equipamento não possui atendimento do item PLACA DE REDE WIRELESS, pois foi ofertado o produto TP-LINK TL-WN781ND, produto este que tem frequência 2.400-2.4835GHZ somente e fica faltante a frequência de 5GHZ, já sendo um fator técnico suficiente para a desclassificação da referida empresa"

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a **RECORRENTE**:

- a) "tendo em conta o fato e contestação fundamentada acima, roga a recorrente para que seja julgado procedente o presente recurso no sentido de que seja desclassificada a empresa OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA, por não atender ao requisito técnico já mencionado e por ofertar um modelo de equipamento que não atende ao edital."

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

A empresa OMEGA DISTRIBUIDORA DE CARMO LTDA não apresentou suas contrarrazões.



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA DO SETOR RESPONSÁVEL

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.



Comissão de Pregão II

Com relação às alegações da recorrente "a":

A Subsecretaria de Tecnologia e Informação e Comunicações, instada a se manifestar, proferiu o seguinte despacho:

" Após análise dos documentos apresentados, bem como pesquisa sobre as especificações técnicas de placa de rede TP LINK modelo TL – WN781ND, verificou-se que a frequência máxima suportada por esta placa é de 2.4 GHz, o que confirma a alegação da empresa R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA de que a placa de rede ofertada pela empresa OMEGA DISTRIBUIDORA DO CARMO LTDA não atende à exigência do termo de referência"

" Sendo assim, conclui-se que o recurso apresentado pela empresa R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA é procedente e deve ser favorável à empresa"

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **R. P. AZEVEDO SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 064/2023, e no mérito, **DOU PROVIMENTO, e opto pela ALTERAÇÃO** do julgamento anteriormente proferido, DESCLASSIFICANDO a empresa OMEGA DISTRIBUIDORA DO CARMO LTDA no Pregão em comento.

Por todo o exposto, encaminho o presente processo **ao Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde**, para decisão final acerca do presente recurso administrativo.



Comissão de Pregão II

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 18 de maio de 2023.

Mayco Videira Sartório

Pregoeiro Substituto – Comissão de Pregão II
Matricula: 105.916